



FALANGE MIÚDA

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

## Necessidade de consciência linguística em Libras: reflexões de discentes bilíngues de um programa de mestrado bilíngue

Thiago Carlos da Silva <sup>1</sup>

*Colégio Pedro II*

Bruno Baptista dos Santos <sup>2</sup>

*Museu do Amanhã*

Jessica de Freitas Terra de Castro <sup>3</sup>

*Unilibras - Interpretação e Tradução de Libras*

### RESUMO

Este relato de experiência almeja contribuir com a qualidade da educação bilíngue oferecida na disciplina “Introdução à Instrução em/de Linhas na Educação de Surdos” do Curso de Mestrado Profissional do Programa de pós-graduação em Educação bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (PPGEB/INES) aos estudantes surdos e, conseqüentemente, os estudantes ouvintes. A partir da vivência dos autores do presente texto, mestrandos bilíngues matriculados no ano de 2025.1, são apresentadas reflexões sobre os desafios recorrentes à consciência linguística no espaço que se pretende bilíngue que afeta diretamente o aprendizado, participação e pertencimento dos alunos que se entendem pertencentes de uma comunidade que tem como língua e cultura a Língua de sinais brasileira (Libras), especialmente dos surdos. O relato propõe reflexões para fortalecer a formação dos discentes do programa e sobre a ética profissional e a articulação entre gestores, docentes, intérpretes de Libras e discentes, no sentido de promover um ambiente verdadeiramente bilíngue.

**Palavras-chave:** Educação de Surdos; Bilinguismo, Consciência Linguística, Libras.

### *Need for linguistic awareness in Libras: reflections of bilingual students from a bilingual master's program*

### ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Discente do Mestrado do Programa de pós-graduação em Educação bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (PPGEB/INES). Especialista em tradução e interpretação em Libras pela Faculminas, graduado em Pedagogia bilíngue pelo Departamento de Ensino Superior do INES. Tradutor Intérprete de Libras no Colégio Pedro II (CP2) e Tutor de Libras pelo Consórcio CECIERJ no programa de pré-vestibular comunitário (PVC/CECERJ). Endereço para correspondência: Estrada Ary Schiavo, 56, Vila Santa Amélia, Japeri, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 26440-090. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8006-0489>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0181389696046733>. E-mail: [tcarlos@aluno.ines.gov.br](mailto:tcarlos@aluno.ines.gov.br).

<sup>2</sup> Discente do Mestrado do Programa de pós-graduação em Educação bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (PPGEB/INES), pós-graduando em Divulgação Científica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, graduado em Pedagogia bilíngue pelo Departamento de Ensino Superior do INES. Educador Sênior no Museu do Amanhã. Endereço para correspondência: Praça Mauá 1, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20081-240. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8696-9695>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6321653484796536>. E-mail: [brunolibrassurdo@gmail.com](mailto:brunolibrassurdo@gmail.com).

<sup>3</sup> Discente do Mestrado do Programa de pós-graduação em Educação bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (PPGEB/INES). Sócia-proprietária na empresa Unilibras - Interpretação e Tradução de Libras, Prestadora de serviços para a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) atuo como Intérprete de Libras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ e Intérprete de Libras pela Secretaria Municipal de Educação (SME), Duque de Caxias, RJ, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Geraldo Emílio da Silva, 46, Jardim Primavera, Duque de Caxias, RJ, Brasil, CEP: 25.230-560. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1800-8442>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8004354542732298>. E-mail: [trdjessi@gmail.com](mailto:trdjessi@gmail.com).

This experience report aims to contribute to the quality of bilingual education offered in the course “Introduction to Instruction in/of Lines in Deaf Education”, part of the Professional Master’s Program in Bilingual Education at the National Institute for the Education of the Deaf (PPGEB/INES), for both deaf and, consequently, hearing students. Drawing from the author’s experiences as bilingual master’s students enrolled in the 2025.1 academic term, this report presents reflections on recurring challenges related to linguistic awareness within a space intended to be bilingual - challenges that directly affect the learning, participation, and sense of belonging of students who identify as members of a community whose language and culture are Brazilian Sign Language (Libras), particularly deaf individuals. The report proposes reflections aimed at strengthening the training of the program’s students, as well as promoting professional ethics and collaboration among administrators, faculty members, Libras interpreters, and students, in order to foster a truly bilingual environment.

**Keywords:** deaf education; linguistic awareness; bilingualism; Libras

## 1 INTRODUÇÃO

É possível afirmar que o Estado do Rio de Janeiro possui a primeira pós-graduação bilíngue *stricto sensu* voltada à Educação de surdos que, segundo o Projeto e ementário do curso:

[...] se justifica em função da demanda interna e externa ao INES/DESU<sup>4</sup> para se pesquisar e produzir materiais didáticos que priorizem a visualidade e a forma de comunicação patrimonial dos surdos (língua de sinais), assim como manuais técnicos e metodologias de ensino próprias para o atendimento especializado do público surdo nas redes de ensino fundamental e médio, em instituições de ensino superior e também em espaços educacionais não-formais, demandando produtos que não se afastem do embasamento acadêmico necessário (INES, 2025, p.06).

A criação de um curso de mestrado dentro de uma instituição referenciada nacionalmente, quase bicentenária, é um marco histórico para a educação pública brasileira garantida nos artigos 205 e 214 da Constituição Federal de 1988 e podemos considerar de vanguarda porque o programa está alicerçado em princípios constitucionais como igualdade de condições de acesso e permanência, pluralismo de ideias e garantia de padrão de qualidade. Vejamos:

O INES tem como missão a promoção da inclusão social e do exercício da cidadania das pessoas surdas nas políticas educacionais do Brasil em uma perspectiva bilíngue, a saber: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Língua Portuguesa (LP). (INES, p.05)

Podemos dizer que o trabalho do INES evidencia o seu protagonismo e atuação na perspectiva de garantir o direito à educação de crianças, jovens e adultos surdos, produzindo conhecimento e apoiando diretamente os sistemas de ensino para dar suporte às escolas brasileiras para que as mesmas ofereçam uma

---

<sup>4</sup> Instituto Nacional de Educação de Surdos / Departamento de Ensino Superior

educação de qualidade a esses cidadãos surdos que demandam políticas de ensino que contemplem sua singularidade linguística e cultural. (INES, p.07)

Seguindo a proposta de qualidade de ensino de pessoas surdas na educação pública, o programa de mestrado em 2025 conta com 18 professores doutores no corpo docente, sendo somente duas surdas professoras e 6 servidores técnicos Intérpretes de Libras concursados em nível médio para atender às demandas das 3 linhas de pesquisa oferecidas pelo programa. No que tange à atuação técnica, a presença do intérprete de Libras é um direito fundamental para garantir o acesso à educação de qualidade às pessoas surdas, conforme previsto na Lei 10.436/2002, regularizada pelo Decreto 5.626/2005 e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). No entanto, o cotidiano acadêmico de estudantes no referido programa, especificamente os alunos surdos, ainda revela lacunas na oferta e na gestão do ensino bilíngue e isso também acaba refletindo na prestação de serviços de interpretação de/em Libras.

Este relato parte da experiência dos autores do texto, um surdo mestrando e dois ouvintes bilíngues vinculados no ano de 2025.1, da disciplina do Curso pelas Professoras Dras. Ana Regina Campello e Sara Moutinho da Silva, de Mestrado Profissional do Programa de pós-graduação em Educação Bilíngue do Instituto Nacional de Educação de Surdos (PPGEB/INES), no Rio de Janeiro. O objetivo é refletir sobre a formação dos discentes do programa e sobre a ética profissional e a articulação entre gestores, docentes, intérpretes de Libras e discentes, no sentido de promover um ambiente de fato e de direito bilíngue.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação bilíngue para surdos tem como base o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2). Esse paradigma rompe com a visão médica e assistencialista da surdez, passando a compreender o sujeito surdo em sua dimensão cultural e linguística (Skliar, 1998; Strobel, 2008).

Segundo Karin Strobel (2008), a cultura surda é formada por práticas visuais, modos de comunicação e valores próprios, que constituem uma identidade coletiva. Assim, o processo educativo deve respeitar essa diferença e garantir o uso da Libras como língua de instrução. No mesmo sentido, Skliar (1998) afirma que a educação bilíngue só é

efetiva quando há reconhecimento da diferença surda e quando as práticas pedagógicas são construídas com base no olhar e nas experiências da comunidade surda.

Neste sentido, a primeira problematização que fazemos referência e identificamos é o próprio espaço de formação e instrução, onde as aulas são predominantemente oferecidas na língua de conforto pela maioria do corpo docente, ou seja, em língua portuguesa (falada) tendo como mediador o intérprete de Libras, bem como os espaços administrativos e pedagógicos que também são constituídos por maioria de ouvintes, na sua grande maioria usuários da Libras. Excetuando as duas professoras surdas, pouquíssimos são os docentes ouvintes que apresentam suas aulas diretamente em Libras com estratégias culturais surdas dentro de um programa que trata da educação bilíngue para surdos e isso é muito significativo quando pensamos no currículo oculto deste mestrado. Situação similar encontrada no curso de graduação em Pedagogia do mesmo departamento e instituição que motivou a escrita do trabalho de conclusão de curso apresentado por Pérola Juliana de Abreu Medeiros (2016) na sua monografia intitulada: *Ouvintes bilíngues, vamos "Librar"?*

No contexto da tradução e interpretação, Quadros (2004) destaca que o intérprete atua como mediador entre duas línguas e duas culturas, exigindo não apenas proficiência linguística, mas também competência ética, técnica e cultural. A autora observa que o intérprete precisa dominar os mecanismos discursivos e situacionais de ambas as línguas, compreendendo os significados e os contextos socioculturais em que elas são usadas. Campello (2014) amplia essa discussão ao enfatizar o papel do intérprete surdo e da tradução cultural, conceito que evidencia as diferenças entre o modo de significar da comunidade surda e o das práticas ouvintes. Para essa autora, a tradução não é apenas uma troca de códigos linguísticos, mas um processo de mediação cultural, em que o intérprete precisa compreender o entre-lugar das línguas, o espaço onde os sentidos são negociados e recriados.

No que diz respeito à produção de materiais didáticos e tradução de materiais pedagógicos, em estudo conjunto, Campello e Pimenta (2014) apresentam o conceito de *Glosinai*, uma metodologia visual de tradução e interpretação criada para facilitar o acesso de pessoas surdas a materiais acadêmicos. Essa proposta evidencia a importância de metodologias visuais e da participação de intérpretes surdos na produção de conteúdos bilíngues. Além disso, Avelar (2010) e Souza (2010) abordam o surgimento de novas modalidades de tradução em ambientes educacionais e virtuais, destacando o papel do

intérprete surdo bilíngue na tradução entre diferentes línguas de sinais (como Libras e ASL - *American Sign Language*) e na adaptação de materiais didáticos para o público surdo.

A tecnologia tem o compromisso inegável no processo da educação bilíngue. Todavia, é importante que seu uso tenha objetivos claros e bem planejados. Conforme exemplifica Costa (2024), ao argumentar o uso desses recursos, “(...) as tecnologias podem ser facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem, e não gerar mais entraves do que benefícios, caso as propostas educacionais não sejam enriquecedoras e construídas com a formação coletiva” (p. 361). A autora propõe uma reflexão, que o sucesso desses instrumentos digitais dependa diretamente de um planejamento pedagógico sólido e colaborativo, que sem isso, não teria sua relevância.

Essas perspectivas reforçam que o ofício do intérprete de Libras deve ir além da técnica. É uma prática pedagógica, ética e cultural, que exige preparo contínuo e diálogo constante com a comunidade surda. Como afirma Quadros (2004), o ato de interpretar envolve “processos altamente complexos” que demandam do profissional sensibilidade linguística e responsabilidade social, porém o que se apresenta em nossas empirias são profissionais com funções de conduzir as mediações em sala de aula e serem responsabilizados pela construção do saber e das dificuldades, necessidades e fracassos do discente surdo. Berberian, Guarinello e Eyng (2012) chamam atenção para:

[...] o fato de que a participação do intérprete de língua de sinais, em sala de aula, não garante que outras necessidades da pessoa surda, também concernentes à sua educação, sejam contempladas. Enfim, a presença do intérprete não assegura que questões metodológicas, levando em conta os processos próprios de acesso ao conhecimento, sejam consideradas ou que o currículo escolar sofra adequações para contemplar particularidades dos surdos. (2012, p. 89)

Isto posto, urge a necessidade de também repensarmos a quanto estão as responsabilidades delegadas ao técnico intérprete de Libras atuante no ensino superior, que extrapola suas funções ao ser designado a atuar nesta etapa e modalidade de ensino quando sua competência é definida em edital para concurso em Ensino Médio. Neste parágrafo, refletimos que se o espaço educacional fosse de fato e de direito bilíngue, com conteúdo apresentados na língua que é objeto e referência: a Libras, os profissionais técnicos poderiam exercer outras demandas, como a tradução de textos, tão necessárias ao processo de ensino bilíngue. Strobel declara que:

Para o sujeito surdo ter acesso a informações e conhecimentos e para estabelecer sua identidade é essencial criar uma ligação com o povo surdo o qual usa a sua língua em comum: a língua de sinais. Ela é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo por ser uma das peculiaridades da cultura surda. É uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal. (2008, p. 42-43)

Aqui não estamos colocando em xeque a competência, mas sobre o verdadeiro bilinguismo para surdos e propondo uma inversão na ação inclusiva: um espaço bilíngue onde a língua que se deseja ter fluidez é a Libras, onde os discentes e visitantes ouvintes é quem deveriam ser o público-alvo do processo inclusivo e não o discente surdo. Assim como acontece nas dependências da Universidade Gallaudet (Washington, D.C., EUA), todos os frequentadores, alunos e professores usam a *American Sign Language* (ASL), que é reconhecida como requisito central e oficial de comunicação na instituição. É possível encontrar essa informação no programa Manuário da TV INES<sup>5</sup>.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste relato baseia-se em uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em experiências vivenciadas por estudantes surdos e ouvintes e profissionais Tradutores Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILSP) matriculados no programa de pós-graduação *strictu sensu* no ano de 2025 e, especificamente, dos três autores do presente relato, regularmente matriculados neste programa ofertado por esta instituição pública federal no Rio de Janeiro que anuncia a oferta o curso no formato bilíngue (Libras e Língua Portuguesa). Uma das influências na nossa escolha do cenário é o impacto histórico da instituição na difusão de políticas de educação bilíngue.

As observações foram realizadas em sala de aula, em encontros acadêmicos e durante a rotina universitária, inclusive nos espaços administrativos, buscando compreender as dinâmicas de interação entre todos os atores daquele espaço universitário e a categoria analisada foi o ambiente bilíngue e que motivou-nos registrar o presente relato foram os debates ensejados pela disciplina: Introdução à Instrução em/de Linhas na Educação de Surdos. Os três autores, todos da mesma linha de pesquisa, puderam se reunir semanalmente nos intervalos e no decorrer das aulas para compartilhar as observações,

---

<sup>5</sup> Na minutagem de (04:08) disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=GgAjVW0TEP8&t=15s>. Acesso em: 29 out. 2025

impressões e análise que geraram o presente relato. Sobretudo, considerou-se observar o conceito de visualidade:

Trata da experiência visual surda, seja pelo contraste: a visualidade centrada no olho e no olhar em contraste com a sonoridade da comunicação oral; pela comunicação das línguas de sinais, ambiência no sentido que ela extrapola o que está no entorno dos sinalizantes e recursos visuais; pela baixa exploração da visualidade em ambientes escolares (subexploração) e reprodução do modelo de letramento escolar que não experimenta estratégias visuais e baixa exploração da visualidade na educação em geral (seja com surdos ou com ouvintes). Ainda pela passividade, descrença, anti-intelectualismo persistente no tempo e espaço e na qualidade de alfabetismo visual entre educadores - todos estes aspectos detalhadamente descritos no livro "Gramática Visual para os vídeos digitais em língua de sinais" (Rosado; Taveira, 2022, p. 40-44).

e as escolhas tradutórias dos docentes e dos intérpretes de Libras que influenciam na clareza dos conceitos transmitidos em tempo real. Neste sentido Campello (2017) esclarece que:

Mais do que sinais, os símbolos constitutivos da Libras contêm em sua estrutura morfológica, sintática e semântica, traços importantes que induzem e mostram expressões faciais, movimentos dos olhos e das mãos, cada uma dessas marcas precisa ser atentamente considerada no processo interpretativo e tradutório (Campello, 2017, p.142).

Além da observação, foram consideradas referências bibliográficas sobre educação bilíngue e interpretação de Libras, incluindo os marcos legais da educação bilíngue (Lei 10.436/02 e o Decreto 5.626/05), com o objetivo de relacionar a prática observada às teorias existentes. A análise privilegia aspectos éticos, pedagógicos e de gestão, permitindo compreender os desafios e propor recomendações para efetivarmos o espaço num ambiente bilíngue.

As informações coletadas foram organizadas e interpretadas através da técnica de categorização temática, onde as descrições e observações foram agrupadas conforme sua característica: desafios éticos da profissão, barreiras pedagógicas no ensino superior e os obstáculos da gestão institucional. Essas abordagens, entre a observação direta, a vivência dos alunos e o referencial bibliográfico, possibilitou que as recomendações finais deste trabalho fossem fundamentadas na realidade concreta da instituição pesquisada, respeitando as especificidades da comunidade surda e as diretrizes do bilinguismo.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

**Questões institucionais:** Uma instituição que se pretende bilíngue e é referência no ensino bilíngue para surdos deveria adotar em todo seu corpo docente, técnico-administrativo e terceirizados a prática e uso da Libras em todos os espaços e instalações, mesmo que ocupados por pessoas ouvintes. A partir do momento que houver consciência linguística institucional, (termo ensinado pela Profa. Dra. Ana Regina S. Campello na aula da disciplina de Introdução à Instrução em/de Linhas na Educação de Surdos) a grande maioria das queixas dos surdos serão sublimadas ou resolvidas respeitando a cultura e a língua do surdo.

**Práticas pedagógicas:** Todas as pesquisas, produtos, debates, reflexões, materiais didáticos só serão efetivamente reconhecidos como materiais bilíngues quando os docentes ouvintes estiverem dispostos produzir todos os artefatos em língua de sinais, acreditando no valor e na potência que a língua do Surdo tem.

**Formação Continuada:** A formação e atualização constante são essenciais para o desempenho ético e qualificado de qualquer profissional da Educação, isso significa dizer: toda comunidade acadêmica. Investir em formação continuada é um dever do Estado e uma necessidade para, especificamente, oferecer ao programa de pós-graduação em Educação bilíngue:

- aperfeiçoamento, fluência (em sinalização e de vocalização) e conhecimento terminológico;
- manutenção ao vínculo e convivência com a comunidade surda;
- produção de materiais para o contexto acadêmico em que atua;
- reflexão sobre o exercício da função com responsabilidade, ética e compromisso social;
- exercício na tomada de atitude linguística através de comportamento, consciência, comunicação e de empatia;
- formações que incluam estudos linguísticos e culturais, além de vivências que ampliem a compreensão do papel social do docente e do intérprete de Libras na Educação superior.

**Reconhecimento profissional:** os técnicos intérpretes de Libras que atuam no ensino superior e exercem uma função que extrapola os limites de atuação profissional descritos

no edital para o concurso que prestaram (nível D - nível médio), mas se dispuseram, reconhecimento institucional no sentido de proventos que os equiparem aos concursados em nível superior (nível E), enquanto exercerem suas funções na graduação ou na pós-graduação.

**Consciência linguística aos discentes:** ainda na entrevista de admissão ao programa, criar a consciência linguística informando aos candidatos que estão escolhendo um programa de educação bilíngue, onde a língua de fluidez e instrução é a Libras; promover a prova de proficiência em Libras / Língua Portuguesa ainda na fase admissional, ainda que obrigatório em todos os programas, do candidato ouvinte e surdo ao mestrado.

**Elaboração e tradução de material-didático e provas de proficiência:** atentar à acessibilidade através de tradução dos materiais didáticos e de outros documentos (referências para consulta de material para prova de proficiência) da língua portuguesa para Libras e vice versa, elaborados pelos docentes a fim de equalizar a distribuição justa e igualitária aos estudantes surdos e ouvintes que estão emergindo as duas línguas no programa de/em Educação Bilíngue, onde o uso da Libras e Língua Portuguesa estão presentes sem intermediação dos intérpretes.

**Escuta ativa dos intérpretes de Libras:** equalizar os problemas relacionados às comunicações (ou ausências delas) entre intérpretes de Libras - docentes - discentes no que diz respeito às interferências, revezamentos, envio prévio de material para estudo e, sobretudo, ter o desejo e a disponibilidade de atuar no ensino superior. É preciso que este profissional seja ouvido em suas necessidades e domínio linguístico que pode ser resolvido internamente. O que temos observado são profissionais competetíssimos atuando silenciosamente e adoecidos.

**Desvio de função e sobrecarga:** atualmente a equipe de técnicos intérpretes de Libras é direcionada para funções administrativas, reduzindo a equipe disponível para atuação em sala de aula. Hoje, a necessidade é que este profissional atue, prioritariamente, na mediação linguística, sua função principal até que a atuação docente seja diretamente em

Libras, não necessitando mais dos serviços do intérprete de Libras como já acontece nas aulas dos professores surdos.

**Intérpretes de Libras surdos:** contratação de intérpretes surdos para a produção de materiais didáticos-pedagógicos e auxílio para os professores ouvintes.

**Protagonismo surdo:** debater as possibilidades pedagógicas e sociais a partir dos protagonismos dos sujeitos surdos.

## 5 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Para o fortalecimento do espaço verdadeiramente bilíngue em Libras, propõe-se:

- Adesão dos docentes ouvintes para ministração das aulas diretamente em Libras;
- Adesão dos discentes ouvintes para uso da Libras e aos discentes surdos para o uso da língua portuguesa, modalidade escrita;
- Estipular metas e torná-las públicas para o alcance do ambiente acadêmico bilíngue;
- Formação continuada, projetos e ações para valorização de um espaço bilíngue;
- Oficinas para padronização dos sinais e conceitos utilizados no programa;
- Retornar ao setor existente de tradução acadêmica dos textos para Libras;
- Fomento à formação dos escriturários (ou assistentes) e gestores administrativos do PPGEB/INES no tocante à acessibilidade às pessoas surdas;
- Fomento à escrita de relatos das metas atingidas, das dificuldades e estratégias encontradas à solução dos problemas.

Essas ações podem contribuir para a consolidação de práticas mais equânimes, éticas e eficazes na educação bilíngue.

## 6 CONCLUSÃO

Tatiana Lebedeff (2015) traz um relato de sua experiência muito pertinente que corrobora o nosso convite-reflexão. No seu texto “Práticas bilíngues em escolas para surdos: *Pennsylvania School for the Deaf* e *Oak Lodge School*, localizadas na Filadélfia (EUA)

e Londres, Inglaterra, respectivamente, uma das características de ambas as escolas era que a primeira língua era a língua de sinais.

[...] ou seja, em todos os ambientes, sejam professores surdos ou ouvintes, o que se vê é a comunicação em língua de sinais. Eu, como visitante e sem conhecer a língua americana de sinais ou a língua britânica de sinais necessitava de interlocução em inglês. Entretanto, o que meus interlocutores produziam eram inglês sinalizado, para que todas as pessoas que estavam ao nosso redor tivessem acesso à nossa comunicação. São escolas para surdos nas quais todos sinalizam, e, portanto, mesmo a conversa de visitante deve ser traduzida. Minhas conversas com interlocutores ouvintes só não eram traduzidas quando estávamos a sós ou apenas entre ouvintes. O simples surgimento de um aluno ou professor surdo no campo de visão de meus interlocutores deflagrava o inglês sinalizado (Lebedeff, 2015, p.71).

Os discentes surdos do PPGEB/INES não precisam mais serem tutelados. Para tanto, promover essa autonomia exige que a instrução, bem como o pensar sobre a educação de surdos seja transmitida e discutida na língua de sinais dentro do espaço acadêmico. Tais benefícios serão sentidos também nos ouvintes bilíngues que participam dessa comunidade e que se preparam para receber (ou já receberam) o título de mestre nessa área do conhecimento. A legislação por si só não garante nada se não formos nós a colocá-la em prática.

A atuação de todos é essencial para o funcionamento de uma educação superior verdadeiramente acessível e bilíngue. No entanto, a qualidade desse serviço depende tanto da formação e do compromisso individual, quanto da organização institucional. Este relato destaca a importância de reconhecer o intérprete de Libras como profissional da educação, integrante da equipe pedagógica, e não como mero apoio técnico e que, nesse momento, é o profissional que tem o papel de tornar o ambiente universitário do Programa de Pós-graduação em Educação Bilíngue num espaço apto aos surdos docentes e discentes, porém não pode ser o único a ter essa responsabilidade. Urge o convite feito para nós discentes e docentes “librarmos” dentro e fora dos muros das escolas e, no caso, das faculdades.

As reclamações de alunos surdos sobre a atuação de intérpretes e a falta de uso da Libras por docentes revelam um problema estrutural, e não apenas individual. Apesar de a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 5.626/2005 garantirem o direito à comunicação e ao acesso à educação em Libras, muitas instituições ainda mantêm práticas ouvintistas, nas quais a língua de sinais é tratada como recurso auxiliar, e não como língua de instrução. Essa postura evidencia o capacitismo institucional, pois ignora

a centralidade da Libras como língua da comunidade surda e fragiliza o processo de aprendizagem. Além disso, a gestão educacional, ao não promover formações e condições adequadas de trabalho para intérpretes, contribui para a sobrecarga e a má qualidade da mediação linguística. Assim, o conflito entre alunos surdos, intérpretes e docentes deve ser compreendido à luz das políticas linguísticas e dos direitos educacionais, reforçando a necessidade de práticas realmente bilíngues e inclusivas nas escolas.

Somente com políticas públicas de valorização, planejamento e diálogo entre todos os envolvidos: gestores, docentes, intérpretes e discentes serão possíveis ofertar educação pública de qualidade para o público-alvo da nossa formação: a comunidade surda.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, T. F.. **A Questão da padronização linguística de sinais nos atores-tradutores surdos do Curso de Letras - Libras da UFSC**: estudo descritivo e lexicográfico do sinal 'cultura'. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2010, p. 110.

BERBERIAN, A. P.; GUARINELLO, A. C.; EYNG, D. B. Professores. Ouvintes e Intérpretes de Libras: Mediadores-Parceiros do Processo Educacional dos Surdos. In: GIROTO, C. R. M; MARTINS, S. E. S. O; BERBERIAN, A. P. (Org.). **Surdez e Educação Inclusiva**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 79-96. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-315-1.p79-96>. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/download/49/1782/3146?inline=1](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/49/1782/3146?inline=1) Acesso em: 29. Out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 01 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 01 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 01 nov. 2025.

CAMPELLO, A. R. Intérprete surdo de língua de sinais brasileira: o novo campo de tradução/interpretação cultural e seu desafio. **Cadernos de Tradução**, v. 33, p. 143–167, 2014. Disponível pelo link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/2102>. Acessado em outubro de 2025.

CAMPELLO, A. R. Posicionamento, polissêmicos e omissões na sala de aula acadêmica e de conferência da tradução/interpretação dos TILS: estudos de dois casos. *In*: BARROS, A. L. E. C.; CALIXTO, H. R. S.; NEGREIROS, K. A. (Orgs.). **Libras em diálogo: interfaces com tradução e interpretação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 131-143.

COSTA, R. S. **As reflexões sobre a formação continuada de tradutores e intérpretes de Libras em instituições brasileiras**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras - UERJ - Rio de Janeiro, 2024.

INES. INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Projeto e ementário do curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue**. 2. versão. Rio de Janeiro: INES-DESU, jan. 2025.

INES. TV INES. **MANUÁRIO – GALLAUDET**. Programa Manuário. Produção: TV INES, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GgAjVW0TEP8>. Acesso em: 29 out. 2025.

MEDEIROS, P. J. de A. **Ouvintes bilíngues, vamos "Librar"?: o desafio de sinalizar durante a graduação com colegas surdos**. 2016. 57 f. Rio de Janeiro. Versão em Libras disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=1fEkUD55n2c&t=2130s>. Acesso em: 29. Out. 2025.

PIMENTA, N. **Introdução da Glosinais como ferramenta de tradução/interpretação das pessoas surdas brasileiras**. 4º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, UFSC, 2014.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

REZENDE, P. L. F. **Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 71-92. Editora UFPR, 2014.

ROSADO, L. A. S.; TAVEIRA, C. C. **Gramática visual para os vídeos digitais em língua de sinais**. Rio de Janeiro: INES, 2022.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, S. X. **O papel do tradutor surdo na produção de materiais acadêmicos em Libras**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

*Aqui tem uma quebra de seção não apagar esta folha (só editor pode mexer daqui para frente )*



## Apêndice – Informações sobre o artigo

### Histórico editorial

**Submetido:** XX de mês de 2026.

**Aprovado:** XX de mês de 2026.

**Publicado:** XX de mês de 2026.

### Conflito de interesse

Nada a declarar.

### Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

### Contribuição dos autores

**Resumo/Abstract/Resumen:** Autores; **Introdução ou Considerações iniciais:** Autores; **Referencial teórico:** Autores; **Metodologia:** Autores; **Análise de dados:** Autores; **Discussão dos resultados:** Autores; **Conclusão ou Considerações finais:** Autores; **Referências:** Autores; **Revisão do manuscrito:** Autores; **Aprovação da versão final publicada:** Autores.

### Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Falange Miúda os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Falange Miúda têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

### Open Access

Este artigo é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como ‘acesso aberto’ quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



### Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença *Creative Commons Creative Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0)*. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



### Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (*Double blind peer review*).

### Editor

Marcus Garcia de Sene

### Publisher

Este artigo foi publicado na Revista Falange Miúda vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - campus Garanhuns da Universidade de Pernambuco - UPE. A Revista Falange Miúda publica artigos de natureza técnico-



científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da Universidade de Pernambuco. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na Avaliação CAPES (2017-2020) a Revista Falange Miúda obteve Qualis B1.

